

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 8 de abril de 2025 - Ata n.º 24.

Aos oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Alexandre Curi**, secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Cobra Repórter** (na função de 1.º Secretário) e **Maria Victória** (2.ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **24.ª Sessão Ordinária da 3.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a Sessão Ordinária desta terça-feira. Consulto o 1.º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Gugu Bueno – PSD): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura dos documentos protocolados que compunham o Expediente do dia.)

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 168/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 528/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.324; **Ofício n.º 366/2025** do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando a retirada do Projeto de Lei n.º 328/2024.

É o que há, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito: Deputado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Quero cumprimentar o Ex.^{mo} Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cumprimento o Líder do Governo, meu amigo Hussein Bakri, e cumprimento o Líder da Oposição. Cumprimento os caros colegas Deputados Estaduais, cumprimento a imprensa livre, democrática que aqui se encontra, cumprimento as pessoas que estão hoje aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Cumprimento você, cidadão de bem, cidadão honesto que me assiste através da *TV Assembleia*. Primeiro momento, gostaria de convidá-los para um evento que estou organizando em Curitiba, no dia 13, às 14 horas, na Praça Santos Andrade, caminhando até a Boca Maldita. Será a Marcha do Batom. Uma marcha pela democracia, pela legalidade. Uma marcha que tem como escopo mostrar à sociedade o momento difícil que estamos vivendo. Uma marcha, Sr. Líder do Governo, que na caminhada da Santos Andrade – que é a Universidade Estadual do Paraná, onde eu estudei, tive a honra de me formar no começo da década de 1990 – vamos caminhar em direção à Boca Maldita junto com a sociedade de bem, junto com pessoas que estão cansadas da ingerência do Supremo Tribunal Federal em questões que não lhe dizem respeito. Cansados do descumprimento da Constituição Federal, cansados do descumprimento do Código Penal, cansados do descumprimento do Código de Processo Penal. Débora Santos, essa jovem de tenra idade, cabeleireira, mãe de família, uma pessoa que não tem antecedentes, que ficou preventivamente presa por dois anos. Quem entende o mínimo de direito aqui sabe que não era cabível a prisão preventiva prevista no Código de Processo Penal. Porque as hipóteses são a garantia da ordem pública, a garantia da ordem econômica, cumprimento da lei penal ou aplicação da lei penal. Senhores, nenhum requisito presente e ela permaneceu presa, Deputada Cloara. Então vamos fazer a Marcha do Batom, que é o novo instrumento, hoje é a nova arma contra a democracia. Quando agora já existem dois votos pela condenação a 14

anos de reclusão dessa jovem, dessa moça, por ter usado um batom que é o símbolo da feminilidade, que representa a autonomia que tem a mulher de se mostrar mais bonita do que já é. Porque mulheres que usam batom ficam mais lindas ainda, ficam lindas sem batom, mas mais lindas ainda com batom, Deputada Cloara, que é um exemplo de vestimenta aqui na Assembleia Legislativa, de conduta, de maneira de ser e de pensar. Então, senhores, estão todos convidados para este evento: dia 13, às 14 horas, Marcha do Batom. E quero lembrar que apoiei aqui o Projeto de Lei da anistia que é um requerimento enviado ao Congresso Nacional. Então, evento organizado pelo Delegado Xerifão, Marcha do Batom. Que dia? Dia 13. Que horas? Quatorze horas da tarde. Aguardo todos vocês lá. Utilizo também a tribuna, Sr.^a Presidenta, para mencionar infelizmente um fato que acabou de acontecer, que é o arquivamento de qualquer investigação contra o Ministro Alexandre de Moraes, em virtude da utilização de um avião da FAB para ir a São Paulo. Vamos lembrar que ele é um juiz – Ministro nada mais é do que um juiz – esse Ministro Alexandre de Moraes pegou um avião da FAB – Força Aérea Brasileira, um avião público, e a função dele, do Ministro, é a judicatura, não é fazer política, não é visitar o Estado de São Paulo. A função dele é estar em Brasília, no Supremo Tribunal Federal e julgar. Não, ele foi com o avião para São Paulo e, coincidentemente, o único evento que tinha era o jogo do Corinthians contra o Palmeiras, no qual o Coringão se saiu campeão. Até eu gostaria de ir no jogo, mas não fui. Imagina se um de nós, aqui, Sr. Presidente, Sr.^a Presidenta, Deputada Cloara, fosse para um jogo utilizando um avião público, um avião da FAB – Força Aérea Brasileira. E o Ministro agiu praticando diversos ilícitos. Vou elencar alguns deles: peculato de uso; outro ilícito administrativo: improbidade administrativa, além... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARRICHELO (UNIÃO): O Horário da Liderança.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Ok.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARRICHELLO (UNIÃO): Perfeito. Então o Ministro Alexandre de Moraes o que fez? Praticou improbidade administrativa, peculato de uso, isso é passível de *impeachment* e, no mínimo, de uma investigação – no mínimo de uma investigação. Não estou nem falando em indiciamento, estou falando em investigação. E o que fez o Procurador-Geral da República? Estou com o Parecer agora aqui em mãos, Paulo Gonet Branco – só vamos lembrar que o Paulo Gonet Branco foi escolhido pelo Presidente da República, que o Presidente da República discricionariamente o escolheu entre procuradores. Então, o escolhido pelo Presidente da República se manifestou que não existem ilícitos e negou até a investigação. Ou seja: existem pessoas acima da lei no nosso País, que prendem quando querem, soltam quando querem e usam o avião da FAB para as suas viagens particulares. E o Brasil está em silêncio. Então, senhores, o momento é de repensarmos o direito independentemente de você ser de esquerda, de direita, de centro, isso não importa. O que importa é que as leis estão sendo descumpridas, que existe uma ditadura do Poder Judiciário e o *pau que bate em Chico bate em Francisco*. Daqui a pouco eles vão pegar a turma da esquerda e aí a turma da esquerda não vai gostar. Porque hoje estão perseguindo somente as pessoas que vestem o verde e amarelo. É só nós vermos! Aqui, Deputado Renato Freitas invadiu a Assembleia Legislativa, quebrou a Assembleia Legislativa, machucou dois policiais na invasão dele, organizada pelo Deputado Renato Freitas juntamente com a CUT, juntamente com a APP-Sindicato. E não vi indiciamento, não vi prisão preventiva, não vi prisão temporária, não vi nada. Enquanto no dia 8 de janeiro pessoas estão sendo punidas indevidamente. Está aqui em mãos, então, vou disponibilizar nas minhas redes sociais o Parecer do Procurador-Geral da República inibindo, não permitindo qualquer investigação acerca do uso de um avião da FAB para um evento particular. Que País é este? Quero citar para vocês, Rui Barbosa, jurista, advogado, político, escritor, disse ele: “*De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-*

se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto”. Muito obrigado, Sr.^a Presidenta.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Dr. Antenor.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Boa tarde a todas, a todos. Ocupo a tribuna neste momento até para render uma homenagem. Professor Lemos, a primeira homenagem é a você. Porque o que falo é com muito respeito à sua luta. A luta fundiária do Paraná tem uma referência para o Parlamento, já há muito tempo. Muitas vezes o vejo ocupando esse espaço e aonde vou nesse Paraná afora, V.Ex.^a está vinculado à luta da agricultura familiar e, especialmente, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra deste Estado do Paraná e, por consequência, do Brasil. Por que falo isso? Porque, na data de ontem, estivemos presentes no Incra, recebidos pelo Newton, e levávamos um pleito que é fundamental. Aqui vejo os embates, mas poucas vezes se coloca com seriedade, com profundidade, aquilo que é ancestral à própria luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado do Paraná. Se alguém quiser fazer uma viagem histórica, podemos ir para a Lei de Terras de 1850 – que é a Lei Vergueiro – que cria as condições para quem quisesse a terra, a partir dali, tinha que a comprar, porque havia um movimento abolicionista que se agigantava no Brasil. A Inglaterra pressionava para a libertação dos nossos escravos e se faz a Lei Vergueiro. Quem quisesse ter a terra a partir dali, teria que comprar, só que não se indenizaram os nossos pretos, que foram o motivo da abolição. A terra foi se concentrando cada vez mais, um Estado leniente, preguiçoso, cujos aparelhos de Estado sempre estiveram ao lado dos que já tinham, dos coronéis, em todos os espaços dessa Pátria Brasileira. Mas o MST só surge na região de Cascavel, da década de 1980, em uma situação toda especial que foram os atingidos por barragem. Embora a luta fosse, como disse, ancestral... Já quem não lembra das Ligas Camponesas do Francisco Julião e do arremedo, da tentativa, de reforma agrária por um lutador brasileiro, fazendeiro, que era o Leonel Brizola – assim como o Goulart o foi – mas, por ter uma visão progressista, foi perseguido

pela mídia venal, que o colocou como um bandido, como um réptil, e o perseguiu, porque tinha uma visão progressista. Quem defende o povo é bandido, sempre é perseguido. A narrativa é sempre a mesma, é sempre a mesma. Bem, mas falo aqui de algo no coração do Estado do Paraná, que são os nossos posseiros e os nossos faxinalenses também. Os faxinalenses na terça-feira estarão reunidos na Câmara de Vereadores de Pinhão, onde me farei presente. Como na data de ontem o Deputado Tadeu Veneri esteve, também a Vereadora Vilma, o Vereador Edson Francisconi e o Vereador Romário do PT – que não pôde vir, porque teve um outro compromisso. Lá estivemos para que o Incra faça o seu papel e cobrarmos do Governo Federal: “Cumpra o seu papel!” O Município de Pinhão tem um problema fundiário dos mais profundos, dos mais profundos do Estado do Paraná. Ali visitei na década de 1990, Deputado Lemos, essa região do Alecrim, onde ocorreu o incidente no período de 2000 ali. Estive no Alecrim e havia uma senhora com mais de 100 anos, nasceu naquele local e não era proprietária da terra. Como pode? Como explicar para a população do Paraná essa injustiça? Quando o nosso povo precisa da terra, sim. Quando se organiza e vai para a luta – os valores do Evangelho – assim como faz o MST, é taxado de bandido, de vagabundo, porque o povo não pode se organizar. O povo não pode lutar de forma correta, organizadamente. No entanto, essa gente está reivindicando aquilo que é seu. Quem não lembra das imagens que percorreram o mundo, da destruição do Alecrim, da destruição de igrejas, de escolas? A população do Paraná não pode passar essa vergonha de novo. Então, esse apelo fazemos aqui. Eles decidiram ontem o posicionamento, porque para ser vinculado... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Obrigado. Eles aceitaram o acordo com o Incra da visão de assentamento, eles serão assentamento. Então, essa luta é ancestral. Posicionei-me lá um dia no Zattarlândia, sobre a história dos faxinalenses e dos posseiros do Pinhão, para o João Pedro Stédile. Falei para ele que há uma luta, que é anterior à luta do próprio Movimento Sem Terra aqui no

Estado do Paraná, ela é centenária – terminar por aqui, ou não esgotei o meu tempo, eu que me enganei. Ela é centenária, fala do nosso povo, fala da dor dos nossos posseiros, da dor de populações gigantescas, eu diria, no centro do Paraná e que em nenhum momento escolheram a luta armada. Escolheram de forma pacífica o caminho da justiça, de reivindicar, para que sejam assentados e respeitados os seus direitos de produzir alimento para a sociedade como um todo.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhora Presidente, colegas, Deputadas, Deputados e todos que acompanham aqui a Sessão Plenária. Ontem, uma Deputada comentou aqui a respeito da vacina da covid. Diz ela que é eficiente, que resolve o problema e que as crianças estão morrendo. Vamos lá: as informações médicas do mundo inteiro reprovam essa terapia gênica, que colocaram o nome de vacina – que não é vacina ainda, porque não passou por todas as fases ainda para virar uma vacina. Colocaram nome de vacina para darem credibilidade a um produto que faz muito mal. Se as pessoas que defendem esse produto tivessem a responsabilidade de ler, estudar, de ler pelo menos a bula da Pfizer, lá no final está escrito assim: *“Esse medicamento é aplicado sob prescrição médica”* – e fala dos efeitos colaterais gravíssimos dessa vacina. A Pfizer tinha conseguido colocar em sigilo de 75 anos nessa terapia gênica. Uma juíza americana conseguiu quebrar, uma jornalista, Naomi Wolf, buscou esses relatórios e 3 mil médicos passaram a estudar. Este é o livro, vende na Amazon também – este está em inglês, mas deve ter em português. Aqui tem 41 estudos comprovados dos efeitos colaterais gravíssimos da vacina da Pfizer. O mundo inteiro já sabe disso, quem ainda tem dúvida deveria ler, se informar, seguir a ciência. É estudo científico, é ciência que está aqui, 41 estudos. Nunca morreram tantos jovens e crianças de 10, 12 anos, 15, 20, 22 anos, de infarto, morte súbita, AVC, trombose. Nunca! Isso tudo, pós esse experimento chamado de vacina, que é terapia gênica. Quando vejo alguém defendendo essa vacina e quando o Conselho Tutelar quer obrigar, vamos elaborar um documento, que a

peessoa que obriga a vacina, vai assinar embaixo sendo responsável pela aquela criança, se tiver algum efeito colateral. Já que ela garante que é importante, então, que ela seja responsável por qualquer efeito colateral. Nenhum lugar do mundo vacina mais criança. Crianças de seis meses a cinco anos não tiveram problema nenhum com covid, elas pegam a covid como a gripe. Sabem quantas pessoas ou quantos deles morreram no total? É uma para 200 mil pessoas que pegam, é 0,002%. Não é nada. Não há motivo de colocar em risco a vida de uma criança e de tirar a obrigatoriedade do pai e da mãe. Quem ama os seus filhos tem o direito de escolher o que eles vão ou não vão tomar. Lembrando que tem uma lei estadual, aqui, no Paraná, de minha autoria, Lei n.º 21.015/22, que proíbe a obrigatoriedade da vacina da covid. Tem que respeitar a lei. Estou com uma carta, aqui, para vocês terem uma ideia, uma carta assinada por 250 Comissões Médicas do mundo. Essa carta é endereçada ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O que eles pedem aqui? Que pare imediatamente com o uso dessa vacina em crianças. Está assinada. Duzentas e cinquenta associações médicas, não é brincadeira. Só no Brasil são 15 mil médicos que fazem parte disso. Como é que as pessoas não se informam e se acham no direito de mentir na tribuna falando que isso aqui, esse experimento é bom? Se fosse bom não teria que tomar 10 doses e não resolve nada. O estudo, último estudo, revelou que a vacina não impede infecção, nem transmissão e nem óbito. Tanto se falou em negacionismo, agora os negacionistas são eles que não querem ouvir a ciência. Estão aqui os estudos para quem quiser ver, qualquer petista de plantão, que defende essa porcaria por ideologia, eu empresto o livro para vocês lerem. O Congresso americano fez um relatório com 500 páginas pedindo que essa vacina seja retirada do mundo inteiro. E não foi político que fez, foram médicos que fizeram. E tem aqui, ó: crianças tiveram menos de 0,1% de internações, uma em cada 10 mil. Isso é relatório do Congresso americano... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): ... O Governo americano promoveu o medo em torno de medicamentos como ivermectina e hidroxicloroquina, que hoje já tem estudo randomizado comprovando a eficácia. Procurem os estudos, estudem, saiam de 2021 e venham agora para 2025, que muita coisa mudou. Aqui o Congresso americano condenou o uso de máscara, e hoje foi provado que máscara não adiantou nada, *lockdown* não adiantou nada, só prejudicou, quebrou o comércio, prejudicou criança. Só que a verdade hoje está aqui, e vocês vão esperar. Em breve vai ter muita gente presa nos Estados Unidos, e nós temos que nos unir aqui e defender aqui no Paraná as crianças e os pais, para que não seja aplicado esse veneno. Isso é científico, é estudo médico. Governador Ratinho Junior diz que vai, sim, pautar isso aqui e deixar optativo... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – UNIÃO): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Eu não vou entrar no outro tempo que é bem rápido. O Governador Ratinho Junior está estudando a possibilidade de tornar optativo, até porque onde essa vacina, esse experimento foi introduzido no PNI pela Ministra do PT – que já foi demitida, que nem médica era – para ser obrigatório, tinha que ter um decreto e ser publicado no Diário Oficial da União... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Franceschini – União): Encerrado o tempo, Deputado. Ok, mais um minutinho.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Alô. Então, como não foi publicado no Diário Oficial, não tem valor de obrigatoriedade, e sim optativo, informativo, conforme disse a Promotora de Santa Catarina. Pelo amor de Deus, gente, vamos cair na real, vamos deixar a questão ideológica de lado, vamos ouvir a ciência e os médicos. Obrigado.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Franceschini – União): Próximo orador: Deputado Requião Filho. Aproveito aqui para poder anunciar a presença do

Prefeito de Laranjal, senhor Maycon Lopes, e dos empresários Roberto e Sidney, a pedido do Deputado Traiano e do Presidente Alexandre Curi. E também a presença do Vice-Prefeito de São Manoel do Paraná, Sr. Tunicão. A pedido do Deputado Gugu Bueno. Sejam todos bem-vindos a esta Casa de Leis.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Obrigado, Presidente, caros colegas. Tenho recebido inúmeras denúncias no meu gabinete sobre os nossos policiais militares do Estado do Paraná estarem sofrendo com uma sobrecarga de trabalho muito grande. Dizem que o nosso efetivo está sendo exigido além daquilo que seria humanamente possível dentro de uma profissão tão pesada, tão estressante e tão complicada. As horas de um policial, para aqueles que não sabem, são 24 horas, sete dias por semana, ele não deixa de ser policial quando ele vai para casa, ele não fica desobrigado a atender uma ocorrência quando ele está sem a farda, ele é policial 24 horas por dia, sete dias por semana. Mas tem a escala que ele cumpre, e tem a escala que ele cumpre quando sai de serviço. E as queixas que nos chegam é que essas escalas estão extenuantes, estão muito pesadas. E acredito que, se isso for verdade, assim estão porque nós não temos um número adequado de policiais militares no Estado do Paraná, estamos sobrecarregando aqueles que temos. E quando cobramos da polícia mais velocidade, mais investigação, mais efetividade, mais segurança, por muitas vezes nós escutamos: *Existe uma falta de efetivo*. O Comando, por sua vez, diz que não, que as escalas estão dentro do previsto, e que muitos inclusive devem horas trabalhadas, que têm trabalhado menos que 40 horas por semana. Então, o que eu quero entender é o que está acontecendo, se os nossos policiais estão sobrecarregados e se as escalas estão sendo feitas de maneira justa, de uma maneira correta e atendendo às necessidades da população e da segurança da população paranaense. Digo aos nossos praças: vocês não estão sozinhos, tem aqui dentro desta Casa pessoas que se preocupam com a saúde de vocês, até porque a média de suicídios da Polícia Militar do Paraná é três vezes maior do que a média brasileira. É um número assustador, Deputada Maria Victoria, três vezes maior é a média de suicídio na Polícia Militar do Paraná que nos demais Estados brasileiros. A nossa Polícia está doente, e nós temos que estender a mão a essa Corporação e buscar

resolver esse problema. Já àqueles que buscam apenas cobrar e criticar a nossa Polícia, temos que entender que cobrar excelência na segurança pública é cobrar um policial bem pago, bem treinado, bem motivado e respeitado também pela população. É uma via de duas mãos, nós damos o respeito e recebemos o respeito para poder cobrar o respeito. Então, temos esse problema hoje na Polícia Militar do Paraná, que eu estou acompanhando, estou buscando informações, fazendo pedidos de informação, tentando entender o porquê dessas escalas e o porquê dessas reclamações da nossa Polícia Militar do Paraná, e buscando uma solução que seja, no mínimo, uma solução que traga mais saúde para os nossos policiais e que eles possam trabalhar com mais afinco e ainda mais dedicação. Porque acredito que, em sua maioria, quem coloca uma farda o faz quase que por uma devoção, como acredito que um professor e uma professora em uma sala de aula o fazem por devoção. Não é pelo salário, porque são profissões que amargamente pagam mal – a não ser para alguns oficiais que têm benefícios incríveis –, mas o policial que está na rua todos os dias tem um salário muito aquém daquele que ele merece, assim como têm os professores que dedicam as suas vidas a ensinar crianças em sala de aula. São profissões que merecem o nosso respeito e merecem de um estado, como o Estado do Paraná, uma atenção maior, porque não é aceitável que nós tenhamos esse tipo de problema dentro do serviço público paranaense, em especial na segurança, sem mencionar também a área da saúde, a área da educação e demais áreas. E na segurança não temos problemas apenas com a Polícia Militar, temos com a Polícia Civil, com o pessoal do Depen. Temos que acompanhar de perto o que está acontecendo para que eles tenham no mínimo condições dignas de trabalho. Era isso, senhoras e senhores. Muito obrigado.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Passamos agora ao Horário das Lideranças, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhora Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, todos os presentes aqui na Assembleia e todos e todas que estão adistância acompanhando a nossa Sessão. Quero aqui neste momento dar

parabéns ao Assentamento 8 de Abril, que neste dia 8 de abril completa 28 anos de muita luta, de muito trabalho, de muita organização. Vinte e oito anos de várias conquistas! Quinhentos e cinquenta e cinco lotes, assim foi dividida a antiga Fazenda 7.000, lá em Jardim Alegre. Tinha um proprietário, era um latifúndio improdutivo; hoje, além das 525 famílias que são proprietárias desses lotes, moram mais 254 famílias, porque são filhos e filhas que se casam e continuam morando no lote, junto com os pais. Já são 809 famílias cultivando aquela área que antes era uma fazenda. Hoje são seis comunidades – tem a comunidade central, lá tem um Colégio Estadual, a Escola Municipal, a Unidade Básica de Saúde, lá está também a sede da cooperativa, a Cocavi, cooperativa que tem sócios que moram no assentamento, mas também tem associados que moram nas comunidades do Vale do Ivaí. Essa cooperativa organiza a produção e a comercialização, uma cooperativa importantíssima. Produzem e produzem muito! Inclusive, Deputado Dr. Antenor, eles agora estão produzindo ovos, tão necessários para o nosso tempo. Estão faltando ovos no mundo...pois os agricultores lá produzem ovos. Produzem alimentos sem aditivo químico, sem veneno; geram milhares de empregos diretos e indiretos; contribuem e muito para o desenvolvimento do município de Jardim Alegre. Inclusive, Deputado Arilson, tem uma reserva ambiental. Não é que agora o município passou a receber também ICMS Ecológico? Pude acompanhar, testemunhar as várias conquistas. O ICMS Ecológico será revertido para desenvolver ainda mais o assentamento, ainda mais o município de Jardim Alegre. Quero cumprimentar todas as famílias que moram nesse importante assentamento. Parabenizar, dizer que a reforma agrária é de fundamental importância para o desenvolvimento do nosso País. Reforma agrária é necessária, tem que ser entendida como uma política pública, como está disposto na Constituição brasileira, como uma política pública. E aí quero cumprimentar o MST, esse movimento que é uma bênção para o Paraná – nasceu no Paraná, cresceu no Brasil e hoje está presente em muitos países, contribuindo para que se faça reforma agrária, reforma agrária popular, dando condições para as famílias que trabalham a terra trabalhem com dignidade, vivam com dignidade. Parabéns ao MST, parabéns a todas as famílias assentadas,

todas as famílias que ainda estão acampadas, lutando por reforma agrária. Se não fosse a luta feita principalmente pelo MST no Brasil, não teríamos reforma agrária. E nós temos. Temos reforma agrária. No Paraná, são mais de 330 assentamentos consolidados, e as áreas que ainda estão ocupadas – que ainda não viraram assentamento – temos o dever de trabalharmos para que essas áreas sejam também transformadas em assentamentos. Dizer para vocês que sou testemunha, como o Dr. Antenor já fez a fala aqui nesta tribuna hoje, sou testemunha, acompanho de perto as ocupações e as áreas que já estão transformadas em assentamentos. É uma maravilha! São famílias vivendo com dignidade e produzindo alimentos, inclusive alimentos que são excedentes, são comercializados. Mas produzem também alimentos que salvam muitas famílias que moram nas cidades e que muitas vezes estão passando fome, como aconteceu durante a covid-19, a pandemia – muitas famílias foram alimentadas porque assentados e acampados levaram o alimento várias vezes até as cidades. Então, parabéns ao MST, parabéns aos que lutam por reforma agrária. Parabéns ao 8 de Abril, que completa 28 anos na data de hoje. Viva a reforma agrária! Viva o MST! Viva o Brasil!

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputado Marcio Pacheco. Gostaria também de anunciar a presença dos Vereadores de Rondon, Sr. Maicon Diniz Vilasboa e Sr.^a Cibele Tatiane, a pedido do Deputado Gugu Bueno. Sejam bem-vindos.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PP): Senhora Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas e todos que nos acompanham de casa, quero nesta tarde retomar um pouco do pronunciamento que encaminhei na semana passada sobre a nossa luta contra a obrigatoriedade da vacinação da covid nas crianças de zero a cinco anos. Você que nos acompanha de casa sabe que existem pessoas desentendidas, existem pessoas alienadas, doutrinadas, e existem pessoas maldosas. Os desentendidos são aqueles que não entendem o que a gente diz e saem falando bobagem; os alienados, os doutrinados são aqueles que conseguem compreender, mas não querem compreender, eles querem continuar defendendo

a ideia deles, mesmo que estejam errados; e os maldosos entendem, mas invertem o raciocínio, para vender também as suas mentiras. Então, para os desentendidos, para os alienados e para os maldosos, quero repetir: eu, nós não somos contra vacina; eu, nós somos contra a obrigatoriedade, somos contra a imposição da vacina nas crianças. E acabei de falar, na semana passada, o Deputado Arilson Chiorato, do PT, subiu na tribuna do lado de lá e fez um discurso inflamado, dizendo que quando eu falei que havia um relatório americano de mais de 500 páginas falando sobre pandemia, falando sobre os erros que aconteceram e falando sobre as reações adversas da vacina, ele disse que isso era *fake news*. Então, Deputado, o senhor já sabe que não faço *fake news*, estudo para falar o que falo. Do relatório de 500 páginas vou deixar aqui, posso entregar nas suas mãos na sequência, 100 páginas que imprimiri do relatório. Está aqui, ó! O relatório americano que fala sobre as condutas na pandemia, imprimiri 100 páginas e se V.Ex.^a quiser depois pode imprimir as demais, ou posso imprimir também e entregar para o senhor. Também a Deputada Márcia Huçulak depois fez um discurso e falou o seguinte, que também não era verdade quando eu disse que o Brasil era o único país do mundo a estar ainda exigindo a obrigatoriedade da vacina. Está aqui também a matéria: *“Brasil está sozinho ao obrigar crianças a tomar vacina da covid”*. E repito e reforço: o Brasil é o único país do mundo a obrigar esse absurdo nas nossas crianças. A Deputada veio ontem à tribuna e apresentou uma série de países, mas confirmou o que eu já havia dito. Nenhum outro país obriga, os outros países recomendam, os outros países recomendam, e eu não sou contra que recomendem, que façam campanha, mas não é obrigatório. Teve apenas três países no mundo, que foi a Costa Rica, o Equador e a Indonésia, que obrigaram, mas nenhum dos três países mais obriga. Então, também mais uma fala que não se sustenta, e se os senhores pensam que por acaso eu fujo do debate, com certeza os Deputados estão muito enganados. Nós vamos até onde for necessário nesse embate para defender as nossas crianças. Se hoje os senhores acham que não temos coragem de defender as famílias e as crianças, imagine o que era no meio da pandemia nós subirmos a esta tribuna aqui... na Lei que é de autoria do Deputado Ricardo Arruda, e que eu fui o Relator

na CCJ, e que nós defendemos e aprovamos aqui na Assembleia Legislativa, a única Lei do Brasil de um Estado que proíbe a obrigatoriedade do passaporte sanitário. No meio da pandemia. Imaginem que agora, passado tanto tempo, eu não vou ter coragem mais de enfrentar isso. Nós vamos até o limite do debate, não fujo do debate. A Lei está aprovada e em vigor, inclusive no Estado do Paraná, mas temos que aprofundar o debate, não dá para um deputado subir naquela tribuna – que é a postura da esquerda, quando não vence no debate quer vencer no grito. Aí grita e começa a acusar o seu oponente. No caso da contrariedade à obrigatoriedade da vacina, eles começam dizendo: *Ah, mas é porque ele é fundamentalista. É porque ele é bolsonarista. É porque ele é negacionista. Ele é irracional.* Muito pelo contrário, quando eu defendo, defendo com dados, com fatos. Então, temos que aprofundar o debate.

Deputado Gilson de Souza (PL): Concede um aparte, Deputado?

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PP): Na sequência. A Deputada que esteve aqui ontem disse que nós tentamos desconstruir a ciência. Ora, mas vamos debater o que é ciência. Ciência é só aquele viés que atende aos interesses das narrativas da esquerda? O que é ciência? Porque eu tenho aqui comigo, por exemplo, o *site* do Conselho Mundial de Saúde. É ciência ou não é ciência? *Site* do Conselho Mundial de Saúde: *Carta aberta ao Presidente Brasileiro e membros do Congresso do Governo Federal pedindo a suspensão da obrigatoriedade da vacinação infantil contra a covid.* É ciência ou não é ciência? Eu tenho aqui também o posicionamento do Conselho Federal de Medicina. É ciência ou não é ciência? Dizendo o seguinte: *“por fim, destacou o Conselho Federal de Medicina que é favorável ao fornecimento das vacinas à população brasileira, mas contrário a obrigatoriedade”.* É ciência ou não é ciência? Ela falou sobre a União Europeia. A Agência Europeia de Medicamentos e o Centro Europeu de Prevenção e Controle das Doenças – é ciência ou não é ciência? –, que é a medida adotada pela União Europeia, que diz o seguinte: *“Por fim, incentivamos, com base em dados científicos e confiando na robustez dos dados e avaliações efetuados, incentivamos os pais a discutirem a vacinação dos filhos com um*

médico especialista”. É ciência ou não é ciência? Vamos aqui à *Gazeta do Povo*: “*Associação de Diretores de Programas de Bioética – é ciência ou não é ciência? –, que representa 100 programas de bioética, reverteu a sua posição anterior e declarou que agora apoia decisões de encerrar a obrigatoriedade da vacina contra a Covid*”. Vamos mais, vamos ao UOL. Será que o UOL faz *fake news* também ou não? Está aqui uma foto, inclusive fiz questão de imprimir, deixa eu ver se tenho a foto aqui, uma foto da Sr.^a Mariângela Galvão Simão, que foi homenageada inclusive pela Deputada Márcia Huçulak, que foi Vice-Diretora da Organização Mundial da Saúde. É ciência ou não é ciência a Organização Mundial da Saúde? Diz aqui a fala da Mariângela, que foi homenageada nesta Casa: “*A Vice-Diretora da entidade, Mariângela Simão, disse que é contra medidas autoritárias. Nesse sentido, a OMS defende que isso é para cada país decidir*”. Mas isso em uma situação que você está falando com adultos que têm capacidade, não para os mais frágeis. Não recomenda medidas autoritárias de imposição da vacina. Depois, mais uma matéria do UOL de agora, de 2022, que está aqui. É *fake news* também o UOL ou não?

Deputado Fabio Oliveira (PODE): Um aparte, Deputado Marcio.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PP): Estou quase concluindo, Deputado, já passo. OMS – Organização Mundial da Saúde. É ciência ou não é ciência? Organização Mundial da Saúde é contra a vacinação obrigatória contra covid. Então, senhores, vamos definir o que é ciência e o que não é ciência e vamos, também, pensar um pouquinho mais sobre números que foram apresentados aqui, ontem, sobre o relatório da Sesa... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado Marcio, um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PP): Vou falar só de um número, Deputado Hussein Bakri, porque infelizmente meu tempo acabou. Deputado, se o senhor puder se inscrever, inclusive, até faço um aparte se V.Ex.^a me permitir para falar no seu horário do Partido Podemos. A Deputada falou o seguinte, que 85% das

peessoas que vieram a óbito são de pessoas não vacinadas ou sem o ciclo completo de vacinação. Ora, então temos nesses 85% pessoas que receberam a vacinação e foram a óbito, e se é 85% significa que tem 15% de pessoas que foram receber a primeira, a segunda, a terceira, a quarta e a quinta dose e foram a óbito. Então, como é que a Deputada faz uma defesa incondicional da eficácia sem considerar as reações adversas, que não vai dar tempo de eu falar aqui sobre isso. Então, temos que defender o razoável, a razão e não a ideologia, contra a obrigatoriedade... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para concluir, Deputado Marcio Pacheco.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PP): Só para repetir, então. Nós somos contra a obrigatoriedade da vacinação contra a covid. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Pela Liderança do Governo, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Colegas, senhoras e senhores, Mesa, esta Casa tem uma tradição de muitos anos, eu sei do tempo que estou aqui – terceiro mandato – de que, quando temos intenção de trazer algum Secretário aqui, usamos o expediente do convite e sempre deu certo, nenhuma das vezes falhou. E hoje quero agradecer ao Deputado Renato Freitas por ter transformado a convocação em convite, e tem o meu compromisso público de que, quando o Secretário aqui estiver, que ele está nos Estados Unidos com o Governador, ele vai estar aqui nesta Casa e V.Ex.^a será o primeiro a ser convidado, assim como os Deputados que compõem a nossa Comissão de Segurança, para que possam discutir e debater acerca dos problemas. Todo mundo que está aqui quer ajudar, todo mundo que está aqui quer contribuir, quer trazer as sugestões, as denúncias. Então, quero agradecer a V.Ex.^a por essa compreensão. E até me veio uma ideia, nesta ocasião quero que venha aqui também o nosso Comandante-Geral da PM, porque é preciso explicar algumas colocações, Deputado Requião, quanto a essa questão da carga horária, é importante. Temos

um concurso que prevê, agora, a contratação de 2 mil policiais militares, e isso não é um fato isolado, a necessidade de mais policiais, isso ocorre em todo lugar, no Brasil inteiro, mas o Paraná está tomando as suas providências. Aliás, é um fato que me chama atenção e não é de agora, é de muito tempo, quando viajo pelo Paraná, Deputado Gugu Bueno, inclusive na região que V.Ex.^a está, de Cascavel para cá, não sei se V.Ex.^a presta atenção, não encontrei um posto da Polícia Rodoviária Federal aberto. Alguém encontrou? Não tem mais. Então, precisamos torcer que haja esse investimento. Não tem mais. Imaginem o que está passando nesses locais onde não tem Polícia Rodoviária Federal. Temos as nossas deficiências nas estaduais? Temos também. Temos também e vamos cobrar para melhorar. Então, só queria deixar claro isso, vocês têm o meu compromisso de trazer até aqui. Quero aqui dizer a todos os colegas, reafirmar, que o Projeto da CNH foi retirado hoje da CCJ, para que pudéssemos adequar uma questão orçamentária e financeira, havia uma dúvida do valor. Mas quero dizer aos Sr.^s e Sr.^{as} Deputadas que o valor exato é R\$ 14 milhões por ano que vai ser colocado nesse Projeto da primeira carteira, assegurar para Vossas Excelências. Eventualmente algumas emendas que possam contribuir com os projetos serão olhadas com todo carinho. Quero também informar a V.Ex.^{as} o número oficial do Estado do Paraná, é que o programa *Patrulha Rural Comunitária* registrou uma queda nos crimes nas regiões rurais do Estado entre 2022 e 2024. Os homicídios caíram 34%, os crimes patrimoniais 34% e a quantidade de furtos teve 35% de queda. Quero também falar um outro aspecto social do Governo Ratinho Junior que é ação do Programa *Bons Olhos Paraná*. Esse é um programa fantástico que o Governo lançou, vários colegas Deputados e Deputadas participaram do evento. Esse programa começou ontem em Itaperuçu, na Região Metropolitana, e Antonina, no nosso litoral. Até julho, 93 cidades – prestem atenção – terão, Deputado Nelson Justus que atua no litoral, 67 mil consultas e exames oftalmológicos em estudantes da rede estadual e municipal de ensino. Na primeira fase de atendimento é feita uma triagem, por óbvio, e detecta se tem o problema ou não. Após essa avaliação, serão atendidos em consultórios especializados instalados em uma carreta que vai

percorrer o Paraná. Posteriormente diagnosticado o problema, eles recebem óculos de grau com lente antirreflexo e armações de acetato. Quero comunicar a V.Ex.^{as} também que o Governador assinou antes da viagem dele – essa missão importante nos Estados Unidos – o Decreto com os novos valores do piso regional. Esse piso já é o maior do Brasil. Os valores tiveram reajuste médio de 6,5%, variando de R\$1.984 a R\$ 2.275. Quero finalizar dando uma informação importante para vocês, Deputado Marcelo Rangel, meu Vice-Líder: o Paraná exportou US\$ 14,2 bilhões em alimentos e bebidas para 176 países diferentes de janeiro a dezembro do ano passado. Prestem atenção! Óbvio que o principal importador foi a China, com US\$ 5,5 milhões, depois foi o Irã, os meus patrícios Emirados Árabes, a Coréia do Sul, a Holanda, a Indonésia, o Japão, a Índia, o México e a Arábia Saudita são os principais países compradores no Brasil. Quero também finalizar aqui dizendo a todos os colegas que teremos – não é, Sr. Presidente? – a ExpoLondrina e, mais uma vez esta Casa se fará presente. Quero desejar sucesso a todo mundo, que Deus proteja a todos na viagem e que possamos extrair de lá boas ideias e bons projetos para o Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Pela Liderança da Oposição, Deputado Arilson Chiorato. Queremos agradecer a presença do Presidente da Torcida Organizada Os Fanáticos, o Sr. Zé, por solicitação do Deputado Tito Barichello; dos Vereadores do Salto do Lontra Sr.^s André Nava e Diego Panho, por solicitação do Deputado Adão Litro. Com a palavra, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, pessoas que acompanham esta Sessão, venho aqui colocar sobre o evento que ocorreu no último domingo na Avenida Paulista, que reuniu cerca de 45 mil terraplanistas para discutirem, para protestarem e para falarem sobre anistia. Infelizmente o Governador do Paraná participou desse ato convocado pelo Bolsonaro. Defendeu a anistia aos golpistas, dizendo que ajudaria a pacificar o País. Na sexta, ele tinha recebido o Ex-Presidente Bolsonaro aqui no Paraná. A sua presença demonstra um alinhamento direto a um projeto antidemocrático. Um

chefe de Estado precisa respeitar, mais do que nunca, as instituições e a Constituição de 1988. O que foi esse ato, gente? Esse ato quis pressionar o STF por anistia àqueles que participaram, de forma direta, do ato golpista de 8 de janeiro. De forma unânime, o STF tornou Bolsonaro e mais sete réus por tentativa de golpe. São os chamados núcleo crucial da trama que envolve 34 pessoas, denunciados por crimes diversos: organização criminosa armada, tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado com violência contra o patrimônio da União e prejudicações, devastação a patrimônio tombado. E o golpe continuou em momentos distintos. O processo começou com ataque organizado às urnas eletrônicas, acampamentos pedindo intervenção militar, planos de assassinato contra o Presidente Lula, Alckmin e o Ministro Alexandre de Moraes. Culminou no dia 8 de janeiro com vandalismo e tentativa de ruptura democrática. Agora querem anistia para quem praticou os crimes tentando apagá-los. Anistia é impunidade. Dia 8 de janeiro foi planejado, financiado e executado. Anistiar é abrir caminho para novos ataques. Sem responsabilização não existe democracia. Anistia se concede a quem cometeu crime. Quem não cometeu acredita na Justiça. Moro também participou do ato, discursou, omisso nas redes sociais, sem defesa das instituições. Quem se cala diante de golpe é cúmplice ou tão golpista quanto. E hoje estou aqui para ocupar este espaço, para falar, enquanto presidente do PT, como Líder aqui da Oposição, que nós, Deputados e Deputadas, temos que preservar as relações institucionais, a harmonia dos três Poderes. E um Governador do Estado, com a magnitude como o Paraná, participar de um ato para pedir anistia... Vejam bem, aqui no Estado, os professores vieram se manifestar, o Governador, através da sua PGE, pediu prisão da Presidente do Sindicato da APP. E agora, diante de tantos fatos, vai lá pedir anistia para quem organizava assassinato de Presidente. É uma contradição muito grande. O discurso é para um lado e a prática é para outro. É desconforme a propaganda que aqui é feita. Para quem pretende ir além do Governo do Paraná, como é dito pela mídia, isso não soma em nada, muito pelo contrário. O Paraná precisa voltar-se aos problemas do Estado, mas, principalmente, um Governante com postura institucional. Ir a um ato, depois de tudo que o Brasil passou, e

defender uma pessoa que, para 52% da população, segundo a “*Data Falha*” de hoje, tem que ser preso, e 67% reprovam a atitude dele junto ao golpe de Estado, é muito ruim. Querer ser espólio político do bolsonarismo é baixo. Ainda mais que o próprio Bolsonaro veio aqui e deu o recado: *Ratinho será segunda vaga do Senado*. E ao equiparar o Ratinho ao Felipe Barros, que será a primeira vaga, ele colocou o tamanho do Governo do Paraná, do Governador no pacote. É esse o jogo político. Agora o Paraná, que nunca esteve representado institucionalmente em atos contra a democracia, teve a digital de seu líder máximo, Governador. Avalizando uma anistia para quem de fato cometeu crime. Uma anistia que, no mundo, é reprovada por quase todos os líderes mundiais. Mas entendemos, essa essência bolsonarista contamina. O bolsonarismo é o avesso da racionalidade. É católico criticando o Papa, é Deputado a favor de golpe militar, é pastor defendendo armas, é professor apoiando cortes da educação, é patriota com bandeira de outro país em evento, é político contra a urna eletrônica, é médico negando a ciência. Olha, Deputado Goura, não sei como explicar o momento que passou e que ainda passa o país, desse delírio cognitivo, que fez, Márcia, profissionais de saúde criticarem a vacina...

Deputado Professor Lemos (PT): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): É lamentável estarmos num momento desse e o Governador se prestar a esse papel, sabendo que o Paraná é um dos estados que mais teve vítima da covid em percentual. Essa gente, Governador, não merece que o representante maior do povo paranaense esteja aplaudindo e avalizando uma situação dessa na Avenida Paulista...

Deputado Hussein Bakri (PSD): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): ... se misturar, nesse momento, a 45 mil terraplanistas para pedir anistia para o Bolsonaro é, de fato, ignorar a bandeira do Paraná. Deputado Lemos, em seguida o Deputado Hussein.

Deputado Professor Lemos (PT): Quero cumprimentar V.Ex.^a e dizer que não está tudo perdido. A maioria do povo brasileiro tem sido sensata: reprovou as *fake news*, reprovou o projeto do ódio, elegeu Lula Presidente e o Lula, junto com Alckmin, que é o Vice-Presidente, com vários partidos, estão governando o Brasil. O PT não ganhou sozinho e não está governando sozinho. Mesmo partidos que não estiveram com Lula na eleição, estão com Lula no Governo ajudando a governar o Brasil. E o Brasil está avançando. Os indicadores econômicos e sociais são muito melhores do que no Governo passado e a tendência é de que serão melhores ainda no ano que vem. Então a sensatez toma conta do Brasil. A maioria do nosso povo sabe o que é certo, o que é errado e vamos avançar. Parabéns!

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Obrigado, Deputado Lemos. Deputado Hussein.

Deputado Hussein Bakri (PSD): Respeitosamente, Deputado Arilson, a gente sempre trava um debate aqui alto nível, na bola, tenho demonstrado respeito muito grande quando trato de assuntos relacionados ao Governo Federal. Mas só quero dizer a V.Ex.^a o seguinte: o Governador Ratinho Junior, independente do que os outros pensam, independente do que... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

Deputado Hussein Bakri (PSD): Respeitosamente, independente do que os outros pensem, o lugar dele é no coração do povo paranaense. São 80% dos paranaenses que aprovam o Governo dele. Não é à toa que ele se coloca hoje, entre os governadores, como o mais bem colocado para uma possível disputa. Respeito a opinião de V.Ex.^a, só tenho que fazer meu contraponto respeitoso. Muito obrigado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Cedo o aparte a V.Ex.^a porque sei do respeito que o senhor tem por mim e eu por V.Ex.^a também. Mas não tenho como aqui não deixar esse registro – como Deputado e como paranaense – de me sentir

decepcionado com uma atitude dessa. Onde tantos paranaenses sofreram impacto das irresponsabilidades da negação da ciência, das práticas contra a saúde do bolsonarismo no nosso Estado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Jairo Tamura (PL), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Mauro Moraes (UNIÃO), Matheus Vermelho (UNIÃO), Maria Victória (PP), Marcelo Rangel (PSD), Marcio Pacheco (PSD), Márcia Huçulak (PSD), Marli Paulino (SD), Moacyr Fadel (PSD), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes da TV (PP), Professor Lemos (PT), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Richembach (PSD), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), e Thiago Buhner (UNIÃO) **(50 Parlamentares)**; **Deputado ausente com justificativa:** Doutor Leonidas (CDN) (Req. 0670 - Art. 97, § 3º, IV do Regimento Interno) Ana Júlia (PT) (Req. 0891 - Art. 97, § 3º, II do Regimento Interno), Bazana (PSD) (Req. 0819 - Art. 97, § 3º, IV do Regimento Interno) **(3**

Parlamentar); Deputados ausentes sem justificativa: Cristina Silvestri (PSDB), (1 Parlamentares).]

Projetos regularmente protocolados pelos Senhores Deputados.

Não há proposições.

Passamos aos Itens da pauta.

Temos cinco Redações Finais.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei Complementar n.º 2/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 12/2025, em regime de urgência, que altera a Lei Complementar n.º 26, de 30 de dezembro de 1985, que dispõe sobre o Estatuto da Procuradoria-Geral do Estado, e a Lei n.º 14.234, de 26 de novembro de 2003, que cria o Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Estado, e revoga a Lei n.º 18.919, de 13 de dezembro de 2016, que autoriza a Procuradoria-Geral do Estado a celebrar composições em execuções fiscais.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 106/2024, de autoria do Deputado Luiz Fernando Guerra, que concede o título de utilidade pública à Associação Atlética Primeira Camisa AAPC, com sede no município de Pato Branco.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 787/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 90/2024, que autoriza as Instituições Estaduais de Ensino Superior a criarem Programa de Segurança Alimentar e Nutricional para o corpo discente universitário. Parecer favorável da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 54/2025, de autoria da Deputada Maria Victória, que concede o título de utilidade pública à Associação SOS - Focinhos em Perigo, com sede no município de Paraíso do Norte. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 5 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 88/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 9/2025, que autoriza a concessão de uso da Pedreira do Atuba. Parecer favorável da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Não foram apresentadas Emendas de Redação. **Está dispensada a votação.**

ITEM 6 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 534/2022, de autoria do Deputado Goura, que dispõe sobre a pesca artesanal no litoral do Paraná. Parecer favorável da CCJ com Substitutivo Geral, Comissão de Cultura e Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais. Em discussão o substitutivo geral da CCJ. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Nós também votamos “*sim*”.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*. Gostaria de anunciar que temos quatro representantes do Conselho Estadual de Saúde do Paraná, a Sr.ª Maria Cristina Galacho de Souza, Maria Lucia Gomes, Mauricio Duarte Barcos e Decarlo Trevizan, que acompanham a nossa Sessão e trazem a esta Assembleia uma Nota de Repúdio às manifestações de alguns Parlamentares contra a vacina e contra a ciência.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Denian.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Aproveitando enquanto os colegas votam, quero registrar aqui a presença dos combativos vereadores de Barbosa Ferraz, o Miltinho do Lontrinha e o Lucas do Rio Tintas, que acompanham esta Sessão Plenária da Assembleia Legislativa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda e Tercílio Turini (35 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Dr. Leônidas, Gugu Bueno, Luís Corti, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Maria Victoria, Renato Freitas, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Thiago Buhner (19 Deputados).]* Com 35 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 534/2022.** (O Sr. Presidente, Deputado Alexandre Curi, registra em Ata os votos favoráveis dos Deputados Luís Corti e Luiz Claudio Romanelli.)

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, peço que registre o meu voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado o voto do Deputado Corti.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, por favor, constar em Ata meu voto favorável.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Registrado o voto do Deputado Romanelli.

ITEM 7 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 119/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 15/2025, que institui o Quadro Próprio Fazendário, e dá outras providências. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. (Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.º 1, dos Deputados Arilson Chiorato,

Reato Freitas, Doutor Antenor, Goura, Luciana Rafagnin, Professor Lemos, Ana Júlia e Requião Filho.) **O Projeto recebeu Emendas e retorna à CCJ.**

ITEM 8 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 698/2024, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que altera o caput e inclui §4.º ao artigo 1.º da Lei n.º 11.504, de 6 de agosto de 1996, a qual dispõe que a Defesa Sanitária Animal, como instrumento fundamental à produção e produtividade da pecuária, é competência do Estado, cabendo-lhe a definição e a execução das normas do sanitarismo animal para o Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Ney Leprevost.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Senhor Presidente, quero comunicar à Casa que protocolei um Expediente solicitando para a Secretaria da Agricultura do Paraná a volta da Expotiba, a feira do Paraná que era realizada no Parque Castelo Branco – agora pode até ser realizada em outro local –, fundamental para o desenvolvimento da agropecuária em toda a Região Metropolitana de Curitiba. E a volta da Expotiba vai também contribuir muito com a economia, movimentando hotéis, restaurantes, o comércio. Então, fica comunicado à Casa, o meu protocolo deste Expediente à Secretaria da Agricultura. Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, alguns colegas ainda não votaram.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam os Deputados Matheus Vermelho e o Deputado Jacovós? Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Tercílio Turini e Thiago Buhner (43 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Ana Julia, Batatinha, Bazana, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Dr. Leônidas, Gugu Bueno, Matheus Vermelho, Samuel Dantas e Soldado Adriano José (11 Deputados).]* Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 698/2024.**

ITEM 9 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 160/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 22/2025, em regime de urgência, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Paraná e fixa o seu efetivo. Parecer favorável da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Segurança Pública. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, enquanto os nossos Parlamentares votam, quero fazer o registro da estada da representatividade do Sudoeste, da linha empresarial do transporte do Sudoeste, onde Sua Excelência,

conosco e várias autoridades, podemos receber comitivas que buscam o licenciamento para autorização especial de transporte para caminhões acima de 30 mil quilos, com capacidade de até 45 mil quilos, para fazer o transporte pela 281, onde temos vários frigoríficos – a Diplomata, a BRF, a Vibra, Coasul. Atenderemos à empresa Piracanjuba instalada em São Jorge do Oeste, que é a maior indústria de queijos não do Paraná, não do Brasil, mas sim da América do Sul.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Por gentileza, se o senhor puder votar, Deputado Corti.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Voto do Marcio Pacheco.

DEPUTADO REICHEMBACH (PSD): Voto “sim”, presidente, Reichembach.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vossa Excelência pode registrar o seu voto, Deputado Luís Corti. Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (42 Deputados); **Votaram Não:** Renato Freitas (1 Deputado); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Ana Julia, Batatinha, Bazana, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Dr. Leônidas, Marcio Pacheco, Matheus Vermelho, Reichembach e Samuel Dantas (11 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e 1 voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 160/2025.**

ITEM 10 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 710/2024, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Evaristo Castanha. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Para discutir, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Obrigada, Sr. Presidente. Gostaria de pedir aos nobres Parlamentares o voto favorável a esse Projeto. Para conhecer um pouco quem é Evaristo Castanha, gostaria de dizer aqui que é professor, com 36 anos em defesa da educação pública. O Professor Evaristo nasceu em Santa Catarina, em 1935 e veio para o Paraná já em 1947, casou-se com a Professora Terezinha – que também dedicou a sua vida toda em prol da educação pública –, trabalhou no Núcleo Regional de Educação. Uma pessoa muito querida e muito bem-vista não só em Francisco Beltrão, mas em toda a região. Uma pessoa que tem trabalhado em prol da comunidade, foi Ministro da Eucaristia, então, tem toda essa defesa da questão da religião. Por ser uma pessoa muito bem-vista e querida por toda a região Sudoeste do Paraná, é que pedimos o voto favorável a este Projeto.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, *questão de ordem*. Enquanto ocorre a votação, quero saudar a presença aqui dos Vereadores da cidade de Presidente Castelo Branco, Rogerio Delinho e o Crispin e também da Daniela Moris, Secretária de Assistência Social do Município de Santa Fé.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para comunicar os Deputados, em especial, os Deputados que vêm do Interior: na próxima semana, teremos Sessões na segunda e terça-feira.

DEPUTADO DO CARMO (UNIÃO): Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Soldado Adriano.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Enquanto as Deputadas e os Deputados votam, gostaria também de registrar a presença aqui nesta Casa de Leis dos Vereadores de Santa Fé, Viviane Palota, Célia Marchini e João Mauro, e também da Secretária de Assistência Social, a Daniela Moris. Os Vereadores de Altônia, Professor Junior e o Cleverson da Saúde, que também prestigiam a Sessão aqui na tarde de hoje.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam os Deputados Professor Lemos, Paulo Gomes, Requião Filho, Renato Freitas, Marcia Huçulak, Denian, Dr. Antenor, Cantora Mara Lima e Alexandre Amaro?

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Presidente, *pela ordem*, enquanto os Deputados votam.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Tito.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Apesar de já mencionado, quero ratificar a presença do Zé, que é o presidente da maior torcida organizada pelo Brasil, a Fanáticos, que representa o melhor time do Brasil, que é o Club Athletico Paranaense, que sem dúvida alguma vai subir para a primeira divisão, enquanto o Coxa, infelizmente, vai permanecer na segunda divisão. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação:
[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz

Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (43 Deputados); Não Votaram: Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Ana Julia, Batatinha, Bazana, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Dr. Leônidas, Fabio Oliveira, Matheus Vermelho e Requião Filho (11 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 710/2024.**

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): *Pela ordem*, Sr. Presidente. De acordo com os arts. 137 e 138, os pedidos de *pela ordem* devem sempre ser sobre interpretação do Regimento. Estamos mudando um pouco o formato aqui de anúncios.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado Amaro, procede a sua *questão de ordem*. Peço aos Deputados que encaminhem à Presidência, para que esta Presidência faça o anúncio dos nossos convidados. Item n.º 11...

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Senhor Presidente, sobre o que o Deputado Amaro falou, precisamos verificar com a assessoria legislativa, porque me parece que ele se refere à *questão de ordem*, não ao *pela ordem*. *Pela ordem* seria para comunicados e a *questão de ordem* – pelo menos, sempre foi assim aqui na Assembleia até o ano passado – era para comunicados à Mesa e a *questão de ordem* tinha que ser precedida da citação do artigo. Não sei se isso mudou ou não, mas é uma questão para a Mesa decidir.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, *questão de ordem*? Todos sabemos que o Deputado Amaro faz isso para provocar os seus colegas. Eu queria que ele citasse o artigo do Regimento que obriga o Parlamentar a não utilizar *pela ordem* e registrar a presença de autoridades e outras personalidades aqui na Assembleia.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): São os artigos 137 e 138 do Regimento Interno.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado Amaro, vamos...

ITEM 11 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 743/2024, de autoria da Deputada Cristina Silvestri, que concede o título de utilidade pública ao Instituto Leo Perussolo, com sede no município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*. Só para convidar os nossos colegas Deputados, porque na quinta-feira vamos ter a nossa Assembleia Itinerante na cidade de Londrina. Convidar todos aqui, que serão muito bem recebidos. O nosso caçula de Londrina falou que vai pagar a janta, esse é o mais importante.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Onde? No Galpão Nelore, que você vai pagar ou não? Pronto, Galpão Nelore. Para quem for, está convidado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Não. Deputado Romanelli, será no restaurante japonês.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Não, japonês não tem bom lá, mas tem vários restaurantes chineses bons em Londrina.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (42 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Batatinha, Bazana, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Dr. Leônidas, Flavia Francischini, Gugu Bueno, Matheus Vermelho e Requião Filho (12 Deputados).]* Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 743/2024.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 669/2025, do Deputado Renato Freitas, requerendo a convocação do Secretário de Segurança Pública para prestar pessoalmente informações conforme especifica. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como envio de convite.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 653/2025, do Deputado Doutor Antenor, solicitando o envio de expediente ao Sr. Hudson Leôncio de Teixeira, Secretário de Segurança Pública, requerendo o aumento do efetivo da Polícia Militar no 16.º Batalhão de Polícia Militar; **Requerimento n.º 654/2025**, do Deputado Paulo Gomes, solicitando o registro e o envio de votos de pesar ao Il.^{mo} Sr. Claudinir Franco e família, pelo

falecimento de sua genitora, S^{ra}. Eva Cima Barbosa, ocorrido no dia 3 de abril, no município de São José dos Pinhais; **Requerimento n.º 655/2025**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Presidente da Sanepar, Sr. Wilson Bley Lipski, requerendo a destinação de 300 kits do Programa Caixa d'Água para atendimento emergencial à moradores da Ilha das Peças, no município de Guaraqueçaba; **Requerimentos n.ºs 656 e 657/2025**, da Deputada Maria Victória, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações: à empresária Dair da Costa Terzado, por ser reconhecida como a criadora do Bolo Marta Rocha; à Confeitaria das Famílias, reconhecida como um representativo ponto de convívio na região central de Curitiba; **Requerimento n.º 658/2025**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de expediente ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - TRE/PR, requerendo a doação de providências administrativas para a implantação de um Posto Avançado de Atendimento aos Eleitores no município de Pontal do Paraná; **Requerimento n.º 659/2025**, do Deputado Paulo Gomes, solicitando o registro e o envio de menção honrosa ao Sr. Paulo Mateus Chiarelli, pela contribuição aos trabalhos realizados para a Consolidação das Leis do Consumidor Paranaense; **Requerimentos n.ºs 667 e 668/2025**, da Deputada Maria Victória, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa: ao Preparador Físico da Seleção Brasileira de Skate, Henrique Lugarini, em razão da excelência de sua atuação profissional junto aos atletas da Seleção Brasileira de Skate; ao Cuteleiro Milton Rodrigues, "O Miltão das Facas", em razão de seu protagonismo do Mercado de Cutelaria Nacional e Internacional; **Requerimento n.º 672/2025**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o registro e o envio de menção honrosa pela passagem dos 28 anos do Assentamento 8 de abril, no município de Jardim Alegre.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 660/2025, dos Deputados Delegado Tito Barichello e Márcio Pacheco, requerendo a inclusão do Deputado Delegado Tito Barichello como coautor do Projeto de Lei n.º 66/2025, de

autoria do Deputado Márcio Pacheco; **Requerimento n.º 661/2025**, dos Deputados Maria Victória e Márcio Pacheco, requerendo a inclusão da Deputada Maria Victória como coautora do Projeto de Lei n.º 66/2025, de autoria do Deputado Márcio Pacheco; **Requerimento n.º 662/2025**, dos Deputados Luiz Cláudio Romanelli e Marcelo Rangel, requerendo a inclusão do Deputado Marcelo Rangel como coautor do Projeto de Lei n.º 110/2025, de autoria do Deputado Luiz Cláudio Romanelli; **Requerimento n.º 663/2025**, dos Deputados Luiz Cláudio Romanelli, Anibelli Neto, Alexandre Curi, Luís Corti, Maria Victória, Hussein Bakri e Marcelo Rangel, requerem a inclusão do Deputado Marcelo Rangel como coautor do Projeto de Lei n.º 119/2023; **Requerimento n.º 664/2025**, do Deputado Bazana, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 759/2024; **Requerimento n.º 666/2025**, do Deputado Requião Filho, requerendo o arquivamento do Projeto de Lei n.º 167/2025.

Justificativas de ausências.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 670/2025** do Deputado Doutor Leônidas, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 8 de abril de 2025.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 671/2025**, do Deputado Ricardo Arruda, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 2 de abril de 2025.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando outra na sequência, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 534/2022, 710/2024, 743/2024 e 119/2025; 2.º Turno dos Projetos de Lei n.ºs 698/2024 e 160/2025; 1.º Turno dos Projetos de Lei n.ºs 39/2025 e 111/2025; e Turno Único dos Projetos de Lei n.ºs 748/2024 e 6/2025. Peço aos Sr.ªs Deputados que registrem presença.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h07, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)